



Cuba e Estados Unidos decidem reativar um acordo de 1984 para resolver a crise gerada pela onda de imigrantes cubanos rumo à Flórida

Cubanos resgatados em alto mar pedem a oficiais norte-americanos para não serem enviados à base militar de Guantánamo

Um princípio de solução

Aldo Gamboa

A reunião que autoridades cubanas e norte-americanas realizaram em Nova Iorque na primeira semana de setembro para discutir a questão migratória foi a segunda de alto nível que ambos os países fizeram em uma década. E — por mais paradoxal que seja — a saída encontrada foi a mesma de há dez anos atrás.

Cubanos e norte-americanos se reuniram para discutir uma solução política para a crise nas relações bilaterais, detonada depois que dezenas de milhares de habitantes da ilha se lançaram ao mar tentando alcançar o litoral da Flórida, para terminar encerrados no único pedaço de sua pátria sobre o qual não têm controle: a base militar dos Estados Unidos em Guantánamo, na parte oriental de Cuba.

Pelos novos acordos, Washington concordou em liberar 20 mil vistos anuais para imigrantes cubanos, enquanto que Havana assumiu o compromisso de evitar a saída desordenada e suicida de emigrantes em balsas impro-

visadas. Fontes norte-americanas estimam que entre julho e setembro pelo menos 30 mil cubanos saíram da ilha nessas condições.

Desde o começo das negociações, a parte norte-americana, encabeçada



Para Fidel, a saída em massa revela o lado mais cruel do embargo econômico

pelo subsecretário de Estado Michael Skol, deixou claro que não estava disposta nem autorizada a discutir um único item além da questão migratória, em uma alusão ao tema subjacente em toda a crise: o bloqueio econômico dos Estados Unidos contra Cuba.

É verdade que a delegação cubana — chefiada pelo presidente da Assembléia Nacional (Parlamento), Ricardo Alarcón — tratou de introduzir o tema na agenda de negociações. Porém, essa tentativa deve ser entendida mais como uma iniciativa para deixar clara a negativa da Casa Branca em negociar o assunto e distanciar o governo Clinton da opinião pública, que pede o fim das sanções.

Desse ponto de vista, pode se considerar que a necessidade de retomar uma solução decidida há dez anos é uma aceitação do fato de que, enquanto não se discutir o fim das sanções econômicas e comerciais dos Estados Unidos contra Cuba, não é possível encontrar uma solução definitiva para as deterioradas relações entre os dois países.

O papel de cada um — Para Washington, a rodada de negociações com

Cuba sobre a questão migratória serviu como um termômetro para medir o nível de rejeição interna e externa à política norte-americana em relação à ilha caribenha.

Em primeiro lugar, porque gerou uma profunda divisão em um dos grupos de opinião mais radicais dentro dos Estados Unidos: os exilados cubanos. As manifestações em Nova Iorque e outras cidades norte-americanas a favor e contra as negociações

bilaterais deixou em evidência que há muito tempo acabaram os pontos em comum dentro da comunidade cubana, e que inclusive parte importante dela já não apóia — pelo menos tão abertamente — o bloqueio econômico contra a ilha.

Pela primeira vez em três décadas, os furiosos anticomunistas que foram protestar contra a “claudicação” de negociar com a delegação oficial de Havana sentiram na própria pele a repressão policial.

É possível, inclusive, prever que a negociação bilateral sobre o problema migratório afete as delicadas relações entre a comunidade cubana e o Partido Democrata, cuidadosamente construídas ao longo da última década, depois de muitos anos de laços privilegiados com os republicanos.

A rejeição ao bloqueio — Diante da opinião pública interna, Bill Clinton tentou demonstrar firmeza em não “ceder” um milímetro na questão do bloqueio. Porém, essa opinião pública — dentro e fora dos Estados Unidos — parece um pouco cansada de um anacrônico cerco contra Cuba enquanto as autoridades norte-americanas fazem negócios com a China e o Vietnã.

Os 14 países latino-americanos membros do Grupo do Rio, reunidos em setembro no Rio de Janeiro, participaram de uma cúpula de presidentes na qual Itamar Franco pronunciou um veemente apelo para que Cuba seja reintegrada à convivência regional. O próprio grupo emitiu um documento fi-

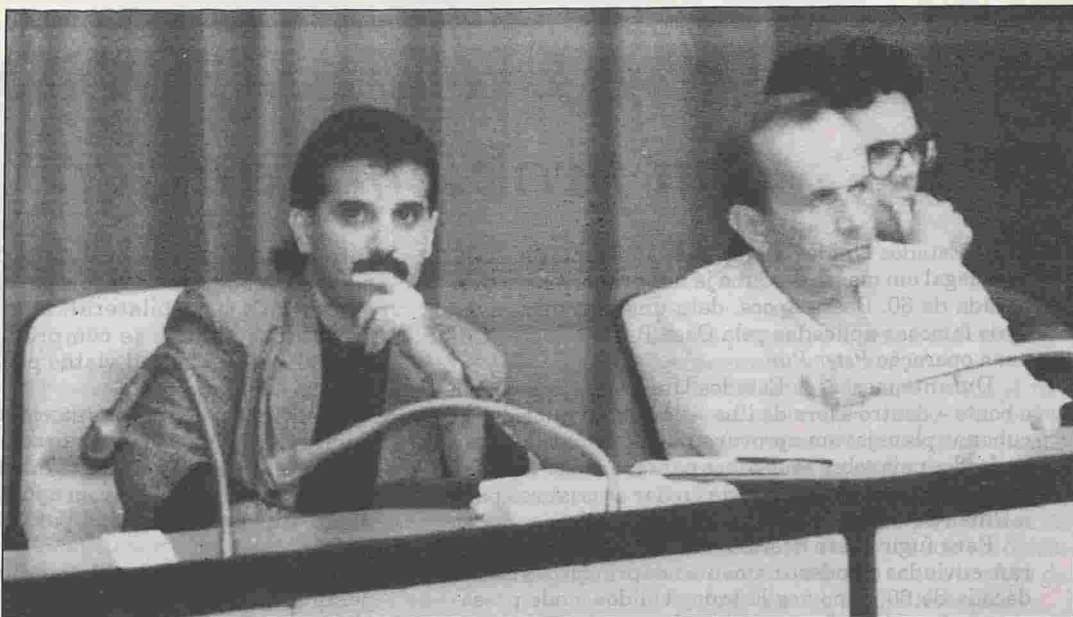
nal no qual pede a suspensão incondicional do embargo econômico.

É praticamente certo que quando se encontre com seus colegas latino-americanos na cúpula hemisférica em Miami, em dezembro próximo, Clinton deverá escutar dos presidentes ali reunidos um apelo em coro para pôr fim a essa política arbitrária e anacrônica.

O governo cubano, por seu lado, está procurando abrir novos canais de diálogo com representantes da comunidade cubana no exílio, mantendo com eles reuniões que têm contado com a presença do jovem chanceler Roberto Robaina.

Um avanço real? — A pergunta que resta após as conversações realizadas em Nova Iorque é: os acordos constituem uma solução para o problema dos imigrantes cubanos? Parece evidente que o problema requer uma saída urgente, embora a base acordada agora

entre Washington e Havana tenha sido negociada e assinada há uma década, em 1984. Mas, se os acordos de 1994 são praticamente os mesmos, o que deu errado nessa década?



O chanceler Roberto Robaina (esq.) e Ricardo Alarcón: diálogo promissor com Washington e os exilados



Entre julho e setembro 30 mil cubanos se lançaram ao mar

Um problema antigo

Os Estados Unidos começaram a fomentar a saída ilegal em massa de Cuba já nos primeiros anos da década de 60. Dessa época, data uma das iniciativas mais famosas aplicadas pela Casa Branca contra Cuba: a operação *Peter Pan*.

Durante meses, os Estados Unidos fizeram correr o boato — dentro e fora da ilha — de que as autoridades cubanas planejavam aprovar uma lei tirando o *pátrio poder* dos pais sobre seus filhos para transferi-lo ao Estado, que dessa forma poderia enviar as crianças para a União Soviética.

Para fugir desse destino, milhares de crianças foram enviadas clandestinamente nos primeiros anos da década de 60 rumo aos Estados Unidos, onde passaram a viver em orfanatos e hospitais.

Nesses anos, Cuba abriu o porto de Camarioca para quem quisesse abandonar a ilha.

Mas o ponto mais crítico na questão migratória entre Havana e Washington explodiu em 1980, quando mais de 100 mil cubanos abandonaram a ilha a partir do porto de Mariel, na periferia da capital. O governo cubano estabeleceu que poderia abandonar o país todo aquele que conhecesse alguém em condições de ir buscá-lo de barco em Cuba.

No mar de pessoas que entraram naqueles dias nos Estados Unidos estavam milhares de desempregados, dependentes de drogas e até doentes mentais.

Achegada abrupta desse contingente de cubanos levou as autoridades norte-americanas à convicção de que estavam



Operação Peter Pan: um boato levou milhares de crianças para o exterior

Os acordos de dez anos atrás fracassaram basicamente por duas razões. Primeiro, porque os Estados Unidos sempre afirmaram que os 20 mil vistos eram um número *máximo* e não *mínimo*. Segundo a Casa Branca, o tratado permitia ao governo liberar *até* 20 mil vistos, mas nada impedia que outorgasse apenas 20, como ocorreu em todos esses anos.

Em segundo lugar, porque em 1985 o governo norte-americano ofereceu a

enfrentando uma bomba de tempo, e quatro anos depois representantes dos dois governos decidiram negociar um acordo bilateral. Mediante esse acerto, os Estados Unidos se comprometiam a conceder um máximo de 20 mil vistos por ano a emigrantes cubanos.

De 1984 em diante, as autoridades de Havana se limitaram a solicitar a quem deseje sair do país unicamente três coisas: que pague sua passagem aérea, que não tenham dívidas com a justiça local e que obtenham um visto de entrada para o país onde desejam residir.

É notório o caso de cubanos que viveram anos esperando que outros países, principalmente os Estados Unidos, se dispusessem a recebê-los. Milhares de compatriotas residentes em Miami compraram as passagens para seus parentes em Havana, mas os vistos nunca saíram.

Porém, em todo esse período, as autoridades dos Estados Unidos continuaram recebendo como heróis os cubanos que se arriscavam a lançar-se no mar do Caribe para alcançar o litoral da Flórida em precárias balsas. Ao chegar à terra firme, o cubano recebia asilo político e, em poucos meses, seu *green card* (visto permanente, que autoriza a residir e trabalhar legalmente).

Ao mesmo tempo, todos os imigrantes de outros países capturados ao tentar ingressar ilegalmente nos Estados Unidos, por terra ou mar, eram — e são — tratados como delinqüentes e deportados a seus locais de origem.

estrutura oficial do sistema Voz da América para a entrada em funcionamento da Rádio Martí, com 24 horas de transmissões diretas contra Cuba. Por considerar que o aberto caráter oficial da ajuda à rádio constituía uma grosseira interferência norte-americana em seus assuntos internos, o governo cubano “congelou” os acordos.

As recentes negociações permitiram

à opinião pública descobrir que o bloqueio impediu avanços nas relações bilaterais na última década. Cuba e Estados Unidos já não são os mesmos de 1984. Muitas condições internas e externas mudaram, mas a tentativa de reativar esse acordo bilateral aparece como o primeiro passo para o estabelecimento de uma ponte de alto nível entre Washington e Havana. Se o primeiro passo é sempre o mais difícil, pelo menos nesse caso ele já foi dado. ■